

UMA PESQUISA PROIBIDA? pesquisa acerca das políticas educacionais nos países de economia liberal¹

Louis Marmoz*

A pesquisa é revolucionária: ela conduz para além da realidade imediatamente visível.

Quando aborda, no entanto, o que é vital numa sociedade, a pesquisa deve submeter-se à aceitação daqueles que têm como missão preservar a ordem; isso a conduz, freqüentemente, a se colocar na perspectiva da construção e da consolidação das instituições, como em toda continuidade de revolução, que permanece, na medida em que aceite ser traída.

DE UMA PROCURA SEM RESPOSTA À DEPENDÊNCIA

Tudo é político; todas as pesquisas sobre educação podem apresentar uma utilidade para a explicação ou a determinação das políticas educacionais. Enunciar estas banalidades põe em evidência a dificuldade que se tem em precisar os limites no campo das pesquisas sobre as políticas educacionais.

* Professor da Université de Caen/França.

Diretor do CERSE – Centro de Recherches en Sciences de l'Education
Coordenador francês do Projeto de Intercâmbio Educação e Linguagem
UFRN/CAEN – CAPES/COFECUB

Estas pesquisas são numerosas, elas se referem tanto à oferta de formação como ao que se continua a chamar de procura, sobre os custos e as dificuldades, sobre os rendimentos e a produtividade, sobre as competências - adquiridas ou a adquirir - sobre espaço e tempo escolares, sobre formação de pessoal, sobre qualificação e o emprego, entre outros temas que se poderia acrescentar, ainda, a essa lista².

Uma enumeração mais extensa não adiantaria muito. Neste texto definiremos, portanto, a pesquisa em política educacional como questionamento, isto é, o estudo científico das decisões relativas à educação e suas conseqüências, ou seja, o estudo da eficácia imediata, passada e futura da educação. Assim definida, esta pesquisa coloca-se no âmbito imediato da decisão, numa proximidade que tem suscitado muita decepção: em matéria de política educacional, as descobertas negativas são aquelas que não se pôde - não se soube - fazer, mesmo que se tenha tido a intenção.

A pesquisa sobre as políticas educacionais tem decepcionado aqueles que, delas se encarregam admitindo uma nova esperança para o ensino, tomaram sua responsabilidade³. A contribuição da educação ao crescimento econômico parecia ser melhor compreendida há vinte anos que hoje, mas os primeiros fatos postos em evidência não puderam ser considerados provas, e o efeito geral da educação sobre o desenvolvimento é ao mesmo tempo pouco conhecido e abandonado como tema de pesquisa. De outro tipo, os trabalhos sobre as dimensões dos grupos escolares, desenvolvidos há mais de trinta anos, quase só serviram para pôr em dúvida a crença do bom senso, ainda hoje difundida, acerca da relação entre o número reduzido dos efetivos e a eficácia do ensino, sem por isso ter podido precisar as relações entre as características de uma população a trabalhar e a eficácia pedagógica. Da mesma maneira, mas por outras razões, os trabalhos relativos à duração ótima da formação têm sido anulados pelas exigências sóciopolíticas ligadas a modismos internacionais.

A pesquisa sobre políticas educacionais tem sido denunciada como um fracasso, na medida em que ela não assegurou, nem na teoria nem na prática, em contradição com as opções sociais e políticas

dominantes, a educação como fonte de desenvolvimento. Esta pesquisa ficou portanto, em sua maioria, suspensa porque, simultaneamente, não respondia ao esperado e não era suficientemente independente daqueles que a encomendavam para poder desenvolver um verdadeiro questionamento alternativo àquele para o qual se pensava poder fazê-lo.

Os pesquisadores desarmados continuam dependentes e aqueles que lhes impõem as questões, daqueles que os empregam e que os financiam, por isso são incapazes de elaborar uma verdadeira demanda de pesquisa, associada à construção de um projeto coletivo; eles só podem pensar em termos de solicitações ou de auxílios.

A INTEGRAÇÃO OU O CONTROLE

As fontes disciplinares das pesquisas em políticas educacionais não são muito originais; a sociologia como fonte geral de métodos, a história, a economia, a geografia humana, a psicologia social e as ciências políticas; a educação comparada também, sobretudo, mas com o status de disciplina nascida de outra e mal assegurada. Essas pesquisas se respaldam, ainda, em disciplinas mais operatórias, mais diretamente relacionadas com as práticas, o planejamento educacional, a demografia escolar e a administração do ensino.

A abordagem específica dos trabalhos sobre políticas educacionais deve se encontrar através e a partir desses diferentes discursos; isso põe, face à compreensão, como face à ação, sem que seja questionado o interesse pontual de pesquisas parcelárias, a questão da integração dos resultados elaborados através de regras metodológicas diferentes e, além disso, a questão da integração das abordagens esparsas.

Se os resultados não são integrados pelo pesquisador, eles o serão pelos que encomendaram, de uma forma eventualmente prática, como também, eventualmente errônea em relação às novas compreensões, no contexto, que haviam sido elaboradas. Se a integração é feita pelo pesquisador, isso não significa que ela seja forçosamente correta, daí a necessidade de um verdadeiro e constante controle científico para a confirmar. Este controle exige um dispositivo particular: não se pode

tratar da aplicação de uma crença espontaneísta segundo a qual confiar a professores x pesquisadores responsabilidades administrativas regenera essas funções. Administração e pesquisa exigem abordagens de ordem diferente, que podem se controlar reciprocamente, "se insuflar", mas, sobretudo, não se identificar uma com a outra. Em relação a esse assunto nos parece saudável a proposição que, em um contexto particular,⁴ nós fazíamos há cerca de vinte anos, no sentido de reforçar a estrutura administrativa com uma estrutura de pesquisa.

Um outro controle merece ser lembrado, o controle político sobre a pesquisa. Sua rejeição - moral - característica de uma democracia humanista, conduz a deixá-lo escondido, a não o estudar e se deixar desenvolver práticas dúbias ou de submissão aos políticos, o que não corresponde, em nada, à dependência aceita com vista a um grande projeto coletivamente elaborado.

A INTENÇÃO E OS MEIOS

A intenção da pesquisa sobre políticas educacionais é simples em sua generalidade: compreender, melhorar o conhecimento do funcionamento, avaliar. Esta simplicidade é, todavia, suficiente para mostrar que em matéria de educação uma decisão não depende de uma lógica de verificação, mas, antes da elaboração de conhecimentos e de compreensões.

Gosta-se neste contexto de opor - ou de pensar definir - dois grupos teóricos maiores: os que "decidem" e os que "pesquisam"! Isso não nos parece operatório: entre "os que decidem", nos sistemas educacionais encontra-se um emaranhado de elementos que tomam parcelas de decisões ainda segmentadas por outros; não há os que decidem efetivamente, dominando o conjunto do processo, enquanto que o pesquisador espera encontrar, talvez ser, o que decide, tudo isso num cortejo de executantes que não sabem muito bem quem eles seguem ou a quem servem.

A ficção mantida pelas associações de educação comparada é da mesma ordem: em vez de desenvolverem uma aparelhagem crítica e

livre, elas preferem fazer o jogo político, sem intervir no domínio político, ou imitar as estruturas e as atividades das organizações internacionais, sem ter os meios.

Se muitos esperam ser "os que decidem", os pesquisadores, os produtores de pesquisa em matéria de política educacional são raros e pouco independentes: empregados ou candidatos, sua sorte depende, em grande parte, daqueles, do sistema, sobre os quais eles pesquisam que, também, são frequentemente, donos dos dados...

A LIBERDADE DOS PRODUTORES

O desejo de pesquisa que pode sentir um poder político assume imediatamente uma forma bem particular pois deve se concretizar em financiamento do que pode ser encomendado como resposta a este desejo. Ora, não existe comandita no desconhecido e aí, a prudência se relaciona tanto aos procedimentos quanto aos eventuais produtos. A menos que o financiamento da pesquisa por uma instância responsável seja para ela um lugar de irresponsabilidade, um abandono de fundos perdidos adiantados, uma cotisação-pesquisa, neste caso sacrifício à modernidade.

A pesquisa exige uma regularidade e uma flexibilidade de financiamento que as modalidades contábeis proibem frequentemente; por outro lado, a pesquisa, a menos que se torne inultamente sofisticada, não é cara. O problema de créditos não deveria se colocar. Todavia ele é colocado porque o financiamento é manipulado como álibi ideológico para dissimular a ausência de política: não se financia, não porque finalmente novos conhecimentos são desnecessários para a decisão, mas porque o custo elevado da pesquisa impede sua realização, quando na realidade se tem os meios financeiros necessários à pesquisa mas não os meios intelectuais de a projetar.

O tempo administrativo não é certamente o mesmo que o da pesquisa; o primeiro trabalhando a manutenção e o segundo o questionamento. Os calendários diferem; as durações no emprego não são comparáveis. Assim, o tempo de permanência de um administrador em um cargo no qual ele tem a possibilidade de ajudar e de encorajar as

pesquisas é muito breve em relação à duração da elaboração e à exploração das pesquisas; raramente se colocará para ele somente, a questão do tratamento de pesquisas que ele teria iniciado. Para ir além é necessário que a preocupação e organização coletivas dominem as boas vontades individuais e garantam em continuidade a aplicação dos trabalhos realizados.

De um lado quem encomenda não pode sempre se interessar em explorar a pesquisa; do outro, as dificuldades ou mesmo a ausência de difusão dos resultados as tornam ainda mais dependentes da boa vontade, ou da capacidade de quem a encomendou, que é proprietário do produto.

Estas dificuldades de uma pesquisa não autônoma conduzem à ignorância de seus resultados, à sua apresentação em termos de redução caricatural ou ainda a considerar descuidadamente um dos seus argumentos, desligado do trabalho no qual se insere.⁵

O dilema está posto, mas a escolha difícil, entre uma pesquisa livre, orientada para a compreensão da questão que coloca sem se submeter, mas, pode também ser sem aplicação, e uma pesquisa dependente, obediente e automática.

OBEDECER OU AGIR

O reconhecimento da pesquisa implica em sua submissão; a pesquisa só tem então sentido pelos produtos utilizáveis que ela entrega ao poder que a financia - e que praticamente não exige - e o pesquisador é apenas um empregado um pouco privilegiado e por isso mais dependente. Ora, a submissão só tem sentido numa sociedade totalitária, totalmente solidária; a recusa da perturbação intelectual compreende-se como uma abordagem construída, aos riscos e para o proveito de todos, de elaboração de uma realidade, ela mesma, ideologicamente trabalhada. Não é esta a escolha que fazem as sociedades que nós avocamos.

Uma das escolhas recentes, ao contrário, é a de se desvincular do planejamento como ideologia do desenvolvimento para apenas reter técnicas de gestão.

O trabalho e a esperança de um momento de conquista na compreensão foram substituídos por tentativas de precisão de métodos de gestão a curto prazo. O questionamento sobre os efeitos, primordiais, é posto de lado.

As técnicas de investigação se misturam também às tecnologias de gestão - os trabalhos sobre os "observatórios" são um dos raros exemplos positivos - ao mesmo tempo que se organizam novas hierarquias "científicas": a econometria é, para um jovem economista, meio para obter sucesso rápido, e muitos dos trabalhos nessa área se constituem, por táticas individuais integradas às modas e não por um interesse coletivo, por uma reponsabilidade social pela pesquisa.

Uma última observação diz respeito ao peso crescente da informática nas pesquisas sobre as políticas educacionais. Este enriquecimento supõe o domínio de máquinas possantes acessíveis apenas às grandes organizações que são os produtores - e os fornecedores - da informação estatística. Haveria a possibilidade de um contra poder se as direções de tais estabelecimentos fossem atribuídas segundo critérios puramente científicos. A importância representada no plano, em particular, do uso que lhes é possível da informação - por esses estabelecimentos - faz com que as direções sejam atribuídas segundo critérios, primeiros, políticos, às vezes mistificados por capacidades científicas passadas. A primeira ambição dessas instituições é então registrar e realizar, simplesmente, pequenos estudos de custos elevados, nada mais.

Estes exemplos fazem aparecer a questão maior da escolha que é necessário decidir fazer entre o radicalismo e a adaptação; a adaptação a uma evolução feita, é certo, de asperezas, mas, sobretudo de recusas e de hesitações.

Os intelectuais apreciam no liberalismo o que parece ser uma capacidade de aceitar, de permitir toda elaboração crítica. Na realidade, essa capacidade de digestão é só temporária e vem o momento em que deixa lugar para a rejeição brutal, suscitando práticas facistas ou caminhando, pela superação de suas contradições, para uma outra sociedade.

Toda explicação conduz ao questionamento e não é possível a uma sociedade liberal deixar a compreensão coletiva desenvolver-se livremente, nesta matéria a abertura está próxima da reconquista, como por um lapso árido e incômodo.

Uma pesquisa proibida é uma pesquisa que se faz mas que se impede de ser levada às últimas conseqüências e à qual se recusa toda tomada de sentido prático. A interdição coloca esta pesquisa entre o dizer e a interjeição, através de uma autorização nobre e vasta que faz que qualquer pesquisa pareça possível.

No quadro do liberalismo envolvente, a censura portará sobre a utilização ou simplesmente a ressonância: se deixa fazer, a preocupação não é, sobretudo, a rentabilidade da operação.

Neste contexto, o debate se centrará não na validade das pesquisas, mas, nos problemas administrativos que ela suscita; não se fala de uma política de pesquisa; fala-se de sua gestão.

NOTAS

1. Este é um texto de posicionamento, com poucas referências, porém algumas obras contribuem com alguns argumentos para a sua reflexão, como por exemplo: ARDOINO, J., *Education et Politique*. Paris: MORALES-GOMEZ, A.D. 'Vers de nouveaux modèles de planification de l'éducation pour développement, le rôle de la recherche' in *PERSPECTIVES*, (2) 1989 VOL xix p. 209-224. FAGERLIND, I e, SAHA, L-J. *Education and national development, a comparative perspective*. London: Pergamon Press, 1983. HUSSEN., T., KOGAN, M. ed., *Educational research and policy, how do they relate?* London: Pergamon Press, 1984. LEGRAND, L. *Les Politiques de l'éducation*. Paris: PUF, 1988. MARMOZ, L. *L'inefficacité croissante de l'enseignement en France (application de la notion de paupérisation à l'analyse de l'éducation)* Caen: Université de Caen, 1984.

2. EISEMON, T. O. The Consequences of schooling: a review of research on the outcome of primary schooling in developing countries, Project Bridges, Harvard University, Uaid, 1988. TANGUY, L. (ed) L'irréconciliable relation formation/emploi documentation française, 1980. TSANG, M.C. Cost analysis for educational policymaking in Kenya: a review of cost studies in education in developing countries, Project Bridges, Harvard University, Usaid, 1988.
3. MARMOZ, L. cf 1984.
4. MARMOZ, L. Les Sciences de l'Éducation, la Recherche en Éducation, la Formation des Maîtres. Portugal: TECO/OCDE, 1975.
5. Para uma visão mais otimista, ver:
 ARCUFEK, "Recherche Formation Terrain. Strasbourg: 1988.
 HUBERMAN, M., LEVINSON, N. "An empirical model for exchanging educational knowledge between Universities and Schools. "In *Revue Internationale de Pédagogie* (4) Vol 30, 1988 p. 285-404.
 MARMOZ, L. "La mise en place d'un dispositif permanent d'évaluation de la formation des enseignants: l'observatoire régional de la formation des enseignants - le sens de ses évaluations in *Evaluer l'Évaluation* Paris: INRAP, 1987.